



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 642 – 16 de junho de 2021

Abrangência: 05/06/2021 a 11/06/2021

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 14.119	DOU; 11/06/2021	Promulga parte vetada da Lei n. 14.119 de 13.1.2021, que "Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24.7.1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; 8.629, de 25.2.1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal; e 6.015, de 31.12.1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências; para adequá-las à nova política". DOU 11/06/2021 - Seção 1 - p. 1	Lei 14.119 (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.120	DOU; 11/06/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.120 de 1.3.2021, que "Altera a Lei nº 9.991, de 24.7.2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências; a Lei nº 5.655, de 20.5.1971, que dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências; a Lei nº 9.427, de 26.12.1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências; a Lei nº 10.438, de 26.4.2002, que	Lei 14.120 (Site da Imprensa Nacional)

		dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências; a Lei nº 10.848, de 15.3.2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera várias leis; a Lei nº 12.111, de 9.12.2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados e altera várias leis; a Lei nº 12.783, de 11.1.2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária e altera leis; a Lei nº 13.203, de 8.12.2015, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera leis; e o Decreto-Lei nº 1.383, de 26.12.1974; transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) representativas do capital social da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); e dá outras providências".	
LEI Nº 14.129	DOU; 11/06/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.129 de 29.3.2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29.8.1983, que "Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade regula sua expedição e dá outras providências", a Lei nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9.7.2012, que "Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos" e a Lei nº 13.460, de 26.6.2017, que "Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública"	Lei 14.129 (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.133	DOU; 11/06/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.133 de 1.4.2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.	Lei 14.133 (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.150	DOU; 11/06/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.150 de 12.5.2021 que altera a Lei nº 14.017, de 29.6.2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.	Lei 14.150 (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.164	DOU; 11/06/2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.	Lei 14.164 (Site da Imprensa Nacional)

LEI Nº 14.171	DOU; 11/06/2021	Altera a Lei nº 13.982, de 2.4.2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o seu art. 2º; e dá outras providências.	Lei 14.171 (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.172	DOU; 11/06/2021	Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.	Lei 14.172 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 397	DJE/CNJ; 11/06/2021	Altera a Resolução CNJ n. 322/2020, que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, medidas para a retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.	Res. 397 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 399	DJE/CNJ; 11/06/2021	Altera a Resolução CNJ n. 234/2016, que institui o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico) e a Plataforma de Editais do Poder Judiciário, para os efeitos da Lei 13.105, de 16.3.2015 e dá outras providências.	Res. 399 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 61, DA SECRETARIA-GERAL	DJE/CNJ; 11/06/2021	Publica que os prazos processuais ficarão suspensos no período de 2 a 31 de julho de 2021. E que o atendimento ao Público externo e o expediente na Secretaria serão das 13h às 18 horas.	Port. 61 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 21	DJE/CNJ; 11/06/2021	Altera a Resolução STJ/GP n. 19/2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).	Res. 21 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 161	Minas Gerais; 11/06/2021	Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de funcionamento das atividades socioeconômicas nas macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente e adota a Onda Roxa nas macrorregiões de saúde que especifica.	Delib. 161 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 17.629	DOM; 11/06/2021	Altera os Anexos do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus.	Dec. 17.629 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO CONJUNTO Nº 54	DJE; 07/06/2021	Avisa sobre a expansão do Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe quanto às ações penais com denúncia ou queixa-crime oferecidas, inclusive nos crimes de menor potencial ofensivo; aos Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCOs e suas respectivas as ações penais nos procedimentos sumaríssimos; às ações de competência originária e os recursos cabíveis em matéria de Juizado Especial Criminal, bem como os respectivos incidentes processuais e as ações conexas às ações mencionadas, excetuadas as ações penais em matéria especial, nas Unidades Judiciárias e Turmas Recursais que especifica, e dá outras providências.	Aviso Conj. 54 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.219	DJE; 09/06/2021	Acrescenta o inciso CCCLVIII ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 5.219 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.220	DJE; 09/06/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Tarumirim.	Port. 5.220 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.221	DJE; 09/06/2021	Altera a Portaria da Presidência nº 4.879, de 6 de julho de 2020, que "Designa integrantes das comissões permanentes que especifica".	Port. 5.221 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.222	DJE; 11/06/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Brazópolis.	Port. 5.222 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.223	DJE; 11/06/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Senador Firmino.	Port. 5.223 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.207	DJE; 07/06/2021	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 485, de 26 de fevereiro de 2016, que "Disciplina o peticionamento eletrônico no sistema de Processo Eletrônico da 2ª Instância - JPe, bem como o recebimento eletrônico de recursos e incidentes advindos do sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, com as adequações necessárias às disposições da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o novo Código de Processo Civil.	Port. Conj. 1.207 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.208	DJE; 08/06/2021	Dispõe sobre o projeto "Desdobramento do Planejamento Estratégico no âmbito da Segunda Instância" do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.208 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.209	DJE; 11/06/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Brazópolis.	Port. Conj. 1.209 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.210	DJE; 11/06/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Senador Firmino.	Port. Conj. 1.210 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.211	DJE; 11/06/2021	Estabelece o funcionamento do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, de acordo com a classificação da situação epidemiológica das macro e microrregiões de saúde estabelecidas pelo Plano "Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo" do Governo do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.211 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 965	DJE; 07/06/2021	Altera temporariamente o limite das consignações em folha de pagamento de magistrados e servidores, ativos e inativos, e de pensionistas, do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais	http://www8.tjmg.jus.br/instituiconal/at/pdf/re09652021.pdf (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 38	DJE; 11/06/2021	Avisa sobre o procedimento a ser adotado para criação de e-mails para otimização da utilização das salas passivas previstas na Portaria da Corregedoria nº. 6.710, de 5 de março de 2021.	Aviso 38 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.802	DJE; 10/06/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Janaúba.	Port. 6.802 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.803	DJE; 10/06/2021	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Três Pontas.	Port. 6.803 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.804	DJE; 07/06/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude e na 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de João Pinheiro, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.804 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.805 (EXTRATO)	DJE; 09/06/2021	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 6.805 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.806	DJE; 09/06/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Araguari e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.777, de 13 de maio de 2021	Port. 6.806 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.807	DJE; 09/06/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Alfenas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.778, de 13 de maio de 2021.	Port. 6.807 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.808	DJE; 09/06/2021	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.801, de 1º de junho de 2021, que “determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Jaíba, para fiscalização dos serviços do foro judicial”.	Port. 6.808 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.809	DJE; 09/06/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Brasília de Minas.	Port. 6.809 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.810	DJE; 11/06/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Guaxupé.	Port. 6.810 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.812	DJE; 09/06/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Janaúba, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.812 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.813	DJE; 11/06/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Nanuque.	Port. 6.813 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.814	DJE; 11/06/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Arcos.	Port. 6.814 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.815	DJE; 10/06/2021	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.770, de 7 de maio de 2021, que “designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Uberaba”.	Port. 6.815 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.816	DJE; 10/06/2021	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.774, de 12 de maio de 2021, que “designa juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Itaúna”.	Port. 6.816 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.817	DJE; 10/06/2021	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.780, de 13 de maio de 2021, que “designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Januária”.	Port. 6.817 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.818	DJE; 11/06/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Mateus Leme.	Port. 6.818 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.819	DJE; 11/06/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Barão de Cocais, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.819 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.820	DJE; 11/06/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Rio Piracicaba, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.820 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.